



Senado Federal
Secretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebeu em 7 de 12 de 2011 13:40
CONGRESSO NACIONAL
José Soares / Matr.: 31577

MPV 552

**APRESENTAÇÃO DE
EMENDAS**

00057

DATA 7/12/2011	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 552, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011			
AUTORES Deputado Júlio Delgado – PSB/MG	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 2011, a seguinte redação:

Art. 2º Os arts. 1º e 8º da Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

Art. 8º.

(...)

§ 8º É vedado às pessoas jurídicas referidas no caput, *exceto as pessoas jurídicas que produzam os produtos do capítulo 4 da NCM*, o aproveitamento do crédito presumido de que trata este artigo quando o bem for empregado em produtos sobre os quais não incidam a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, ou que estejam sujeitos a isenção.

JUSTIFICAÇÃO

Ao vedar o aproveitamento de crédito presumido das contribuições sociais do PIS/Pasep e da Cofins para leite e derivados, haverá aumento de carga tributária para tais produtos.

O leite e seus derivados, produtos essenciais e básicos à alimentação humana, devem sempre ter uma tributação de menor valor, para que a população de baixa renda possa ter acesso a tais produtos, que são inclusive integrantes da cesta básica.

Com a vedação de aproveitamento do crédito presumido das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins, haverá aumento no preço final do leite e seus derivados (contidos no capítulo 4 da NCM), razão pela qual proponho que tal capítulo seja excepcionado da regra do §8º, inserido pela MP 552, ao art. 8º da Lei 10.925, de 23 de julho de 2004.

ASSINATURA

